

Governo quer incluir rolagem no Orçamento

Secretário-executivo da Fazenda explica que Executivo enviará ao Congresso um pedido de suplementação para cobrir acordos sobre dívidas que estão sendo negociados

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA — O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, informou ontem que o governo enviará ao Congresso um pedido de suplementação orçamentária para contemplar todas as rolagens de dívidas dos Estados que estão sendo ou foram negociadas. Os valores ainda estão sendo fechados, mas o total anunciado para os quatro maiores devedores — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul — é de cerca de R\$ 60 bilhões.

Caso o pedido de suplementação seja aprovado pelo Congresso, toda a gigantesca operação de refinanciamento das dívidas mobiliárias (em títulos) dos Estados por parte do Tesouro Nacional constará do Orçamento-Geral da União deste ano. Sua inclusão, porém, não implicará nenhum tipo de corte nos demais programas do governo federal já previstos na lei orçamentária.

Na prática, o refinanciamento funciona como se o Tesouro estivesse comprando a dívida dos Estados. Portanto, estará fazendo uma despesa e precisará de auto-

rização orçamentária para tal. Por outro lado, o Tesouro calculará como receita os créditos que passará a ter contra os Estados, de modo que o efeito da inclusão da dívida no Orçamento será neutro.

São Paulo — A dívida paulista estará incluída na suplementação solicitada pelo governo, mas as negociações para concretizar o acordo de rolagem da dívida não ficarão paradas enquanto o Congresso aprecia o pedido. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda explicou que os contratos que deverão ser assinados com São Paulo conterão cláusulas de efetividade, ou seja, só terão validade após a aprovação do pedido de suplementação do Orçamento.

Parente contou que as negociações com o governo de São Paulo

“caminham bem” e está “praticamente fechado” o acordo em torno dos bens que serão entregues pelo Estado para quitar 20% de sua dívida com a União e, assim, conseguir o direito de refinanciar o restante com o Tesouro Nacional. “O acordo deverá envolver ações das companhias elétricas e a Fepasa”, acrescentou o secretário.

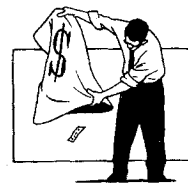
No caso de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, no entanto, não haverá tempo para esperar a aprovação do pedido de suplementação ao Orçamento. O Tesouro

tem urgência em repassar recursos para os governos quitarem suas dívidas com os bancos estaduais, para que eles possam ser privatizados logo. Por isso, ficou acertado que a Caixa Econômica Federal (CEF) repassará o dinheiro e será ressarcida pelo Tesouro assim que a suplementação orçamentária for aprovada.

O governo do Rio receberá cerca de R\$ 2,9 bilhões do Tesouro Nacional via CEF, segundo Parente. Desse total, R\$ 2 bilhões servirão para quitar dívidas atua-

liais do Banerj, como o fundo de pensão dos funcionários. Os outros R\$ 900 milhões correspondem a um fundo de garantia contra riscos contingentes. Ele protegerá o novo proprietário do Banerj de despesas imprevistas ou que não podem ser calculadas, como o pagamento de ações judiciais originadas antes da privatização do banco, por exemplo.

A discussão dos detalhes para fechar o acordo com o governo do Rio consumiu uma tarde inteira de discussões com o secretário de Planejamento do Estado, Marco Aurélio Alencar, na segunda-feira. “Como gosta de dizer o ministro da Fazenda, Pedro Malan, os diabinos estão nos detalhes”, brincou Parente. Ele explicou que as discussões são bastante complexas, e cada Estado é um caso diferente.



PARENTE: CEF
VAI REPASSAR
DINHEIRO PARA
MINAS E RIO